

O DIABO		MAIS	
TEMPO		TV-GUIA	
O PAIS		SETE	
O JORNAL		ÊXITO	
TAL & QUAL		A BOLA	
EXPRESSO		GAZETA DOS DESPORTOS	
SEMANARIO		RECORD	
		OFF-SIDE	
O Dia	-6 NOV 1985		

Presidenciais, o PSD e o PS

O serviço que temos o direito de esperar

A eleição presidencial que se aproxima impõe a quantos se situam no quadro democrático uma tomada de posição da maior responsabilidade. Daí a indispensabilidade de ponderar alguns aspectos, como o de esclarecer quais as forças políticas e os candidatos que legitimamente podem invocar a democracia.

Neste contexto, não parece razoável situar hoje o Partido Socialista nos parâmetros que caracterizam as forças marxistas. A sua prática nunca teve como suporte a luta de classes, nem a apropriação revolucionária do poder político, nem a colectivização dos meios de produção. E também não o caracteriza a ditadura das cúpulas, que é própria do que, com subversão semântica, se designa por «centralismo democrático».

É certo que não falta quem, com razão, se refira à incoerência de se ser **socialista** numa altura em que o **socialismo** já deixou de fazer parte do projecto real do PS, agora na verdade um partido social-democrata. Mas, bem vistas as coisas, a coerência levaria a que todos os que aderiram ao PSD dele se demitissem desde o momento em que concluíram que a sua prática é efectivamente liberal. E também se teria de saber se todos os que se consideram democratas-cristãos, e confluíram

no CDS, já meditaram em que a doutrina social da Igreja tem uma componente — a justiça social — que até hoje nenhum partido chamado de esquerda instalado no Poder (em regra por captura revolucionária) foi capaz de implementar, como se tornou moda dizer.

Um pouco de meditação sobre o quadro partidário que temos, faz-nos concluir que o que move os agentes partidários é mais um projecto empírico do que a ideologia. E, com tónicas diferenciadas, quer de um lado quer do outro, o que realmente se destaca são duas concepções fundamentais de vivência: uma de regime democrático e outra de regime totalitário.

O PRD, que polarizou o voto de descrença e protesto em relação aos até agora quatro maiores partidos, com a expressão de dezoito por cento dos votos (que na sua esmagadora maioria antes votavam PS, pois a transferência de votos do PC não deve ter excedido os quatro por

cento e os demais que abandonaram o Partido Socialista parece terem enveredado pela abstenção, que continua a subir!), não se sabe ainda bem o que é. Daí que seja aconselhável esperar para ver, em vez de se fazerem juízos precipitados.

Por conseguinte, preocupemo-nos com os que, reconhecidamente, constituem o sector democrático — e neste sentido é conveniente também não confundir as organizações e os quadros partidários com os eleitores. Estes, na sua maioria, como é sabido, não têm formação ideológica nem cultura bastantes para fazerem opções de princípios. O seu voto vai na linha das promessas em que acreditam ou dos benefícios que julgam receber.

Como é sabido, as eleições legislativas de 6 de Outubro alteraram profundamente o quadro das forças partidárias. E, para ser breve, recorda-se que, **grosso modo**, o PSD dispõe neste momento de 30 por cento

do eleitorado, o PS de 20 por cento e o CDS de dez por cento (em termos objectivos, não tem a menor importância saber quantos dos que normalmente votam democrata-cristão votaram agora tacticamente no PSD).

Ora a questão que se põe, em termos de eleição presidencial, e que tem a ver com o que fica apontado, é muito simples: como podem os 60 por cento do eleitorado, que constituem o apoio dos partidos que reconhecidamente são o suporte do regime democrático, eleger um Presidente?

Só quem anda distraído é que ignora que o PSD **nunca** apoiará a candidatura do dr. Mário Soares. É também sabido que o PS **nunca** apoiará a candidatura do prof. Freitas do Amaral. E é ainda sabido que este condicionalismo, não impedindo embora que um deles passe à segunda volta — visto que, no contexto actual nenhum dos candidatos referidos, nem a

eng. Lourdes Pintasilgo, poderá ganhar na primeira — inviabilizaria nesta a abstenção da maioria absoluta.

As contas são fáceis de fazer. Por isso, o que se impõe é uma solução de compromisso entre os três partidos democráticos referidos.

Está a chegar-se à altura crucial de o serviço à democracia ser posto em primeiro lugar. Se os candidatos credíveis do campo democrático se propõem enobrecer-se pelo ideal de serviço, estarão por certo dispostos ao compromisso que assegure a defesa da democracia. Porque é disso que se trata; doutro modo não se sabe o que irá passar-se depois. Até porque são muitos os exemplos que mostram que são os «democratas» que põem os interesses pessoais, a vaidade e o cabotinismo acima do interesse colectivo, quem, em regra, destrói a democracia.

O próximo Presidente da República tem de resultar de um consenso. Este foi obtido para

se conseguir a revisão da Constituição, a aprovação da Lei de Defesa Nacional e a Lei de Segurança Interna. O dr. Mário Soares, que pelos vistos, como ele próprio declarou recentemente, já não tem a ingenuidade que o levou a subscrever o programa do seu partido nos termos em que foi redigido na clandestinidade, deu sinal de que está disposto a sacrificar a sua pretensão presidencial, se for melhor o serviço que puder prestar delas desistindo. Do prof. Freitas do Amaral espera-se, com fundadas razões, idêntica atitude. Os partidos que os apoiam não pensarão de modo diferente. Assim como o CDS.

Outro aspecto. Pouco importa que o novo Presidente seja civil ou militar. O que importa, isso sim, é que seja um português de corpo inteiro, que tenha talento e estofos de estadista e se proponha viabilizar o entendimento das forças políticas, em vez de se alimentar, como tem vindo a acontecer, dos depoimentos da guerrilha que entre elas se tem fomentado. Enfim, que ponha o dever acima dos interesses pessoais e por aí sirva o País que todos formamos.

Este é, de resto, o serviço que temos o direito de esperar — todos e cada um.

J. M. S.